

1 ATA DA 38ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO PÚBLICO
2 INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRIÂNGULO MINEIRO E
3 ALTO PARANAÍBA – CIDES. AOS 21 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO, ÀS 9H, DE FORMA
4 PRESENCIAL, NA SEDE DO CIDES, REUNIRAM-SE OS SENHORES PREFEITOS E
5 REPRESENTANTES MUNICIPAIS PARA DISCUSSÕES GERAIS E INTERNAS DO
6 CONSÓRCIO. O PRESIDENTE, DR. HELDER PAULO CARNEIRO, PREFEITO DE CAMPINA
7 VERDE, CONDUZIU A REUNIÃO. O PRESIDENTE DO CIDES CUMPRIMENTOU OS
8 PARTICIPANTES – PREFEITOS, SECRETÁRIOS E DEMAIS REPRESENTANTES MUNICIPAIS
9 E REPRESENTANTES DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. E APRESENTOU AS PAUTAS DA
10 ASSEMBLEIA. SENDO ELAS 1. APROVAÇÃO DA ATA DA 37ª A.G.O. 2. PROJETO CONSIM
11 2022/2023 – MAPA. 3. CIRRD – CIDADES RESILIENTES: EXPERIÊNCIAS, RECURSOS E
12 COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA – DATA: 07/12 – LOCAL: UFU SANTA MÔNICA.
13 4. ENTREGA DE IMPRESSORAS – PROCON REGIONAL CIDES. 5. ENTREGA DOS
14 CAMINHÕES DA COLETA SELETIVA. 6. ENTRADA DE ARAGUARI NO CIDES 7.
15 APROVAÇÃO DA RESOLUÇÃO N. 10 – REGULAMENTA O SERVIÇO DE INSPEÇÃO
16 MUNICIPAL CIDES. 8. PROJETO DE ESTRUTURAÇÃO DE CONCESSÃO DA GESTÃO
17 INTEGRAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, CAPITANEADO PELA CAIXA ECONÔMICA
18 FEDERAL. O PRESIDENTE DO CIDES COMEÇOU ENTÃO PELA APROVAÇÃO DA ATA DA
19 ÚLTIMA ASSEMBLEIA QUE HAVIA SIDO ENVIADA ANTERIORMENTE POR E-MAIL PARA
20 CONHECIMENTO DE TODOS. A SRA. CRISTINA DISSE QUE A MESMA ESTAVA
21 DISPONÍVEL PARA QUEM TIVESSE O INTERESSE DE LÊ-LA. NÃO HAVENDO OBJEÇÃO A
22 MESMA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE. O PRESIDENTE PASSOU A ENTREGA DAS
23 CHAVES DOS CAMINHÕES PARA A COLETA SELETIVA NOS MUNICÍPIOS DE ARAPORÃ,
24 CAPINÓPOLIS E ITUIUTABA. O MOMENTO FOI REGISTRADO EM FOTOS PARA
25 DIVULGAÇÃO NAS MÍDIAS DO CONSÓRCIO. A SRA. CRISTINA COMEÇOU A
26 APRESENTAÇÃO DO EVENTO CONSIM QUE ACONTECERÁ NO DIA 08/11. O PROJETO
27 OBJETIVA AMPLIAR O NÚMERO DE MUNICÍPIOS ADERIDOS AO SISTEMA BRASILEIRO
28 DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL (SISBI-POA). O MAPA ESTARÁ
29 PRESENTE TEREMOS PALESTRAS E APRESENTAÇÃO PARA OS PREFEITOS. A SRA.
30 CRISTINA DISSE SER IMPORTANTE A PRESENÇA DOS PREFEITOS. E ESTENDEU O
31 CONVITE PARA OS NÃO PARTICIPANTES DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL
32 TAMBÉM PARA CONHECER E CASO SEJA INTERESSANTE, VIR PARTICIPAR DO SERVIÇO
33 DE INSPEÇÃO CIDES FUTURAMENTE. A SECRETÁRIA TAMBÉM ANUNCIOU O EVENTO
34 DA CIRRD QUE TEM COMO TEMA: **CIDADES RESILIENTES: EXPERIÊNCIAS, RECURSOS
35 E COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA**. O EVENTO TEM DATA PARA O DIA 07 DE
36 DEZEMBRO. A SENHORA CRISTINA INFORMOU AOS PRESENTES QUE EM SUAS PASTAS
37 ESTÁ A PROPOSTA DO SEMINÁRIO QUE TEM POR OBJETIVO PROMOVER O ENCONTRO
38 ENTRE AGENTES PÚBLICOS ENVOLVIDOS NA ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS
39 PLANOS MUNICIPAIS DE RESILIÊNCIA E PLANOS DE CONTINGÊNCIA (PLANCON)
40 CONTRA DESASTRES NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIDES. A SRA. CRISTINA
41 PEDIU QUE OS MUNICÍPIOS MANDEM AO MENOS UM REPRESENTANTE. LEMBROU QUE
42 A TEMPORADA DAS CHUVAS ESTÁ CHEGANDO, E QUE A PRERROGATIVA DO
43 TRABALHO DE DEFESA CIVIL É DOS BOMBEIROS E QUE RECEBER O CONHECIMENTO
44 DE DEFESA CIVIL, É DE GRANDE IMPORTÂNCIA. OUTRO INFORMATIVO É SOBRE A
45 ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MOBILIÁRIO COMO MESAS,
46 CADEIRAS E ARMÁRIOS PARA EQUIPAR OS PROCONS NOS MUNICÍPIOS QUE ADERIRAM
47 AO CIDES. A SRA. CRISTINA EXPLICOU QUE O DINHEIRO PARA A COMPRA DOS

48 EQUIPAMENTOS VEIO DE UM CONVÊNIO DIRECIONADO A MOBILIAR OS PROCONS
49 REGIONAIS. ENTRE OS MUNICÍPIOS QUE RECEBERAM CITOU PRATA, CAMPINA VERDE,
50 ARAPORÃ, SANTA VITÓRIA, CASCALHO RICO E DOURADOQUARA. ENTRE OS ITENS DE
51 INFORMÁTICA A SER ENTREGUES ESTÃO IMPRESSORAS A LASER, DAS QUAIS A SRA.
52 CRISTINA PEDIU AOS PREFEITOS E REPRESENTANTES O FAVOR DE LEVAR PARA SEUS
53 MUNICÍPIOS, A FIM DE ACELERAR A ENTREGA DAS MESMAS. APÓS TRATAR DOS
54 INFORMATIVOS O DR. HELDER ENTROU NA PAUTA DO EDITAL DA CAIXA ECONÔMICA
55 FEDERAL COM O VALOR DE CERCA DE R\$8.000.000,00 (OITO MILHÕES DE REAIS). O SR.
56 HELDER INFORMOU QUE O MUNICÍPIO DE ARAGUARI ENTRARÁ NO CONSÓRCIO COM
57 O OBJETIVO DE ATINGIR O NÚMERO POPULACIONAL NECESSÁRIO PARA O
58 DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO. O DR. JÚLIO EXPLICOU QUE NO PROTOCOLO DE
59 ABERTURA DO CONSÓRCIO CIDES O MUNICÍPIO DE ARAGUARI ESTAVA
60 PARTICIPANDO, MAS, QUE NA ÉPOCA ARAGUARI NÃO RATIFICOU NA CÂMARA
61 MUNICIPAL. E NESSE ANO, O MUNICÍPIO RATIFICOU NA CÂMARA A PARTICIPAÇÃO NO
62 CONSÓRCIO. COM UMA DIFERENÇA DOS DEMAIS MUNICÍPIOS POIS NÃO ESTARÁ
63 PARTICIPANDO DO PAGAMENTO DO RATEIO ATÉ QUE TENHA O INTERESSE NOS
64 PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELO CIDES. E SOBRE ESSA QUESTÃO A SRA. CRISTINA
65 FOI QUEM TROUXE ESCLARECIMENTO. A SECRETÁRIA EXECUTIVA DISSE QUE
66 ARAQUARI NÃO TINHA ENTRADO ANTES PARA O CONSÓRCIO POIS NÃO TINHA
67 INTERESSE DE PARTICIPAR NO RATEIO ADMINISTRATIVO. QUE É UMA CONDIÇÃO PARA
68 TODOS OS ENTES QUE PARTICIPAM DO CONSÓRCIO. A SRA. CRISTINA DISSE QUE EM
69 UMAS DAS REUNIÕES REALIZADAS COM OS PREFEITOS, FOI FEITO UM ACORDO DE
70 “CAVALHEIROS” NO PERÍODO DE PRESIDÊNCIA DO SR. LINDOMAR, COM A PRESENÇA
71 DE ALGUNS PREFEITOS COMO O SR. CLEIDIMAR. SOBRE O ACORDO DISSE TER SIDO
72 FEITO DE FORMA VERBAL, QUE OS PRESENTES CONCORDARAM QUE O VALOR DE
73 PARTICIPAÇÃO NO RATEIO ADMINISTRATIVO NÃO SERIA COBRADO DE ARAQUARI
74 PARA ENTRAR NO PROGRAMA COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL NO PROJETO DE
75 CONCESSÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. NO ENTANTO, DESTACOU QUE NÃO SE
76 TRATA DE UMA ISENÇÃO COMPLETA E ETERNA. SERIA SOMENTE NO EDITAL DA CAIXA
77 ECONÔMICA, E QUE PARA QUALQUER OUTRO EDITAL OU PROGRAMA QUE O
78 MUNICÍPIO DE ARAGUARI TENHA INTERESSE DE PARTICIPAR, TERÁ QUE ENTRAR DA
79 MESMA FORMA QUE OS DEMAIS E PAGAR O RATEIO ADMINISTRATIVO E O RATEIO DE
80 TODOS PROGRAMAS QUE PARTICIPAR. A SRA. CRISTINA DISSE QUE ERA UMA
81 NECESSIDADE DO CONSÓRCIO CIDES QUE ARAGUARI ENTRASSE PARA O CONSÓRCIO
82 PARA QUE PUDESSE EFETIVAR DE FATO O PROGRAMA E FOSSE HABILITADO PELA
83 CAIXA. ENTÃO DISSE QUE ESSE ERA O PAPEL QUE ARAGUARI SE PROPÔS A CUMPRIR
84 COM ESSE ACORDO. MAS VOLTOU A LEMBRAR A TODOS QUE PARA O USO DE
85 QUALQUER SERVIÇO ALÉM DESSE PROGRAMA, O MUNICÍPIO DE ARAGUARI TERÁ QUE
86 COMPARTILHAR O VALOR DO RATEIO IGUAL A TODOS OS MUNICÍPIOS MEMBROS. A
87 SRA. CRISTINA DISSE QUE ESTÁ FRISANDO APENAS PARA QUE FIQUE CLARO PARA
88 AMBOS OS LADOS DE QUE NÃO É UMA FORMA ILIMITADA. O PRESIDENTE PASSOU
89 PARA O PRÓXIMO ITEM DA PAUTA. A APROVAÇÃO DA RESOLUÇÃO DE NÚMERO 10/2022
90 DE REGULAMENTO DE SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DO CIDES. PASSOU A
91 PALAVRA AO DR. JÚLIO QUE INFORMOU AOS PRESENTES QUE O SR. FÁBIO QUE É
92 NOSSO MÉDICO VETERINÁRIO E COORDENADOR DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO TAMBÉM
93 ESTÁ PRESENTE. APRESENTOU AS INFORMAÇÕES SOBRE A RESOLUÇÃO 10/2022. DISSE
94 QUE O SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL ESTAVA SENDO REGIDO PELAS LEIS

95 FEDERAIS ATÉ ENTÃO. SÓ QUE CHEGOU AO LIMITE DE USO DO DECRETO FEDERAL.
96 QUEM USA O SERVIÇO DE INSPEÇÃO NOS MUNICÍPIOS QUE ADERIRAM SABEM QUE O
97 CONSÓRCIO PRECISA TER OS PROCEDIMENTOS CORRETOS PARA ENTRAR NO
98 MUNICÍPIO OU PARA ENTRAR NO ESTABELECIMENTO. A RESPEITO DA RESOLUÇÃO
99 DISSE QUE A MESMA TEM 145 PÁGINAS, POR ISSO ELA NÃO FOI IMPRESSA. MAS DISSE
100 QUE ESTARÁ DISPONÍVEL NO *SITE* DO CONSÓRCIO APÓS APROVAÇÃO. O SR. JÚLIO
101 DISSE QUE PARA QUEM É DA ÁREA DE INSPEÇÃO OU TRABALHA COM AGRICULTURA
102 CONHECE O RIISPOA - REGULAMENTO DE INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE
103 PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL. E QUE A RESOLUÇÃO BASICAMENTE SEGUE TUDO
104 QUE O RIISPOA E O DECRETO FEDERAL DETERMINAM. SÓ QUE COM PECULIARIDADES
105 E PARTICULARIDADES DO CONSÓRCIO. ENTÃO O QUE ELA REGULAMENTA O SERVIÇO
106 DE INSPEÇÃO EXECUTADO PELO CONSÓRCIO CIDES NOS TERMOS DA LEI E DEMAIS
107 NORMATIVAS FEDERAL. O DR. JÚLIO DISSE QUE A PARTIR DA APROVAÇÃO DA
108 ASSEMBLEIA, O SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL EXECUTADO PELO CIDES PASSA A
109 SEGUIR A RESOLUÇÃO DO CONSÓRCIO. O DR. JÚLIO DESTACOU TAMBÉM QUE O
110 SERVIÇO DE INSPEÇÃO É DOS MUNICÍPIOS. O CONSÓRCIO CIDES SÓ O EXECUTA. POR
111 ISSO, CASO O MUNICÍPIO QUEIRA RETOMAR O SERVIÇO ELE TEM TODO O DIREITO DE
112 RETOMAR. SÓ QUE ENQUANTO ELE ESTIVER DELEGADO AO CONSÓRCIO, ELE VAI SER
113 REGIDO POR ESSA RESOLUÇÃO. O DR. JÚLIO DISSE QUE UM PONTO IMPORTANTE É QUE
114 NO CONSÓRCIO CIDES O DOCUMENTO É UMA RESOLUÇÃO. MAS SERÁ ENCAMINHADA
115 PARA OS PREFEITOS PARA SE TORNAR DECRETO MUNICIPAL, QUE PRECISA SER
116 PUBLICADO TAMBÉM. O DR. JÚLIO DISSE QUE NÃO PRECISA SER PASSADO EM
117 CÂMARA. TRATA-SE APENAS DA REGULAMENTAÇÃO DE UMA LEI JÁ PRÉ-EXISTENTE,
118 MAS DISSE QUE O PREFEITO PRECISA ASSINAR E PUBLICAR NO DIÁRIO OFICIAL DO
119 MUNICÍPIO, POR UMA QUESTÃO DE PUBLICIDADE DO MUNICÍPIO. O DR. HELDER,
120 PRESIDENTE DO CIDES DEU SEQUÊNCIA A REUNIÃO E COLOCOU PARA APROVAÇÃO
121 A ENTRADA DE ARAGUARI NO CONSÓRCIO CIDES. NÃO HAVENDO OBJEÇÃO, FOI
122 APROVADA POR UNANIMIDADE. A RESOLUÇÃO Nº 10 REFERENTE AO SERVIÇO DE
123 INSPEÇÃO TAMBÉM FOI COLOCADA EM VOTAÇÃO. NÃO HAVENDO OBJEÇÃO, FOI
124 APROVADA POR UNANIMIDADE. DR. HELDER PASSOU ENTÃO PARA A PARTE MAIS
125 IMPORANTE DA REUNIÃO. O ASSUNTO A SER TRATADO É A **ESTRUTURAÇÃO DO**
126 **PROJETO DE CONCESSÃO DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DE**
127 **ORIGEM DOMICILIAR.** E PASSOU A PALAVRA AO DR. JÚLIO QUE LEMBROU AOS
128 PRESENTES QUE O PROJETO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL QUE VAI FALAR É O
129 MESMO QUE SEMPRE É COMENTADO NAS ASSEMBLEIAS ANTERIORES E QUE QUEM
130 PARTICIPA COM FREQUÊNCIA DAS ASSEMBLEIAS SE LEMBRARÁ. DISSE QUE QUANDO
131 O CIDES PARTICIPOU DO PROJETO EM 2020 ESTAVAM NO PROJETO CERCA DE 18
132 MUNICÍPIOS. **E QUE O OBJETO SÃO ESTUDOS TÉCNICOS PARA A CONCESSÃO DA**
133 **GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DE ORIGEM DOMICILIAR** E VISA
134 RESOLVER PARA OS MUNICÍPIOS PARTICIPANTES A GESTÃO DE RSU E ATÉ OS TAC'S
135 FIRMADOS COM OS MUNICÍPIO RELATIVO A DESTINAÇÃO FINAL DE REJEITOS. O DR.
136 JÚLIO RESSALTOU QUE A MAIORIA DOS PREFEITOS TEM TAC'S NA ÁREA AMBIENTAL
137 E ALÉM DISSO A MAIORIA TEM LIXÃO. GARANTIU QUE A AÇÃO RESOLVERÁ A
138 DIFICULDADE DE ELIMINAR LIXÕES E ESTRUTURAR ATERRO SANITÁRIO. SOBRE OS
139 SERVIÇOS O DR. JÚLIO DISSE QUE O PROJETO PODE ENVOLVER TANTO A COLETA, O
140 TRATAMENTO E A DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. DISSE
141 TAMBÉM QUE A CAIXA ECONÔMICA VAI CONTRATAR ASSESSORIAS, PARA

142 DESENVOLVER O PROJETO DE CONCESSÃO. PARA QUE NO FUTURO RESULTE EM UMA
143 LICITAÇÃO QUE TENHA UMA EMPRESA, OU UM GRUPO DE EMPRESAS PARA GERIR DE
144 FORMA INTEGRAL OS RESÍDUOS SÓLIDOS DA REGIÃO. A SRA. SILVIA PERGUNTOU SE
145 SERIA UMA TERCEIRIZAÇÃO. AO QUE O DR. JÚLIO EXPLICOU SER UMA CONCESSÃO E
146 PARA EXEMPLIFICAR COMPAROU A CONCESSÃO DE RODOVIAS FEDERAIS. SILVIA
147 DISSE TER PENSADO QUE A EMPRESA CONTRATADA APENAS DARIA UM SUPORTE E O
148 MUNICÍPIO FARIA SUA PRÓPRIA GESTÃO. O SR. JÚLIO DISSE SER UMA CONCESSÃO NA
149 COLETA E DESTINAÇÃO FINAL. DISSE TAMBÉM QUE O CONVALE DE UBERABA FOI O
150 PROJETO PILOTO E JÁ VAI ASSINAR O CONTRATO DA CONCESSÃO. DR. JÚLIO DISSE
151 DENTRE OS RESULTADOS DO PROJETO QUE SERÁ FEITO O ESTUDO E A DEFINIÇÃO DA
152 TARIFA. DEVIDO AO MARCO LEGAL DE SANEAMENTO BÁSICO, OS MUNICÍPIOS TÊM
153 QUE TER UMA AGÊNCIA REGULADORA PARA ESTABELECEER SUAS TARIFAS OU TAXAS
154 PARA ESSE SERVIÇO. O DR. JÚLIO DISSE QUE O PROJETO DA CAIXA VAI INDICAR QUAL
155 É A TARIFA SUSTENTÁVEL, QUAL O ÍNDICE DEVE SER LEVADO EM CONTA E OS
156 PARÂMETROS A SEREM SEGUIDOS. A SRA. SILVIA DISSE TER ENTRADO EM CONTATO
157 COM A ARISBI QUE É UMA AGÊNCIA REGULADORA, MAS AINDA NÃO FEZ O CONVÊNIO
158 E QUE TERIA UM CUSTO DE CONTRAPARTIDA QUE O MUNICÍPIO PAGARIA DE FORMA
159 MENSAL PELO NÚMERO DE LIGAÇÃO NO CASO DE SANEAMENTO DE ESGOTO E DE
160 RESIDÊNCIAS. NESSE CASO, A SRA. SILVIA DISSE QUE SEU MUNICÍPIO PAGARIA PARA
161 A ARISBI QUE FARIA TODO O ESTUDO E INDICARIA ESSA TARIFA. A SRA. SILVIA
162 PERGUNTOU SE ADERINDO AO PROJETO DA CAIXA, TERIA QUE PAGAR TAMBÉM PELOS
163 CUSTOS DOS ESTUDOS. PORQUE PELO QUE ENTENDEU NÃO IRIA PRECISAR MAIS DA
164 ARISBI. AINDA EM SUA FALA A SRA. SILVIA DISSE QUE A AGÊNCIA REGULADORA É
165 OBRIGATÓRIA PARA O MUNICÍPIO. ENTÃO PERGUNTOU SE ELES VÃO FAZER O ESTUDO
166 POR MEIO DE AGÊNCIA REGULADORA TAMBÉM. O DR. JÚLIO APRESENTOU O SR.
167 CRISTIANO KRUEGER GERENTE E A SRA. DANIELLE SOUTO SUPERVISORA QUE ESTÃO
168 PRESENTES PARA REPRESENTAR A CAIXA E TIRAR DÚVIDAS. MAS O DR. JÚLIO DISSE
169 QUE PODE ANTECIPAR É QUE DIFICILMENTE A PREFEITURA NÃO IRÁ PRECISAR TER
170 UMA AGÊNCIA REGULADORA. A PREFEITURA VAI PRECISAR TER UMA AGÊNCIA
171 PORQUE ALÉM DE DEFINIR TARIFA, O MUNICÍPIO TEM VÁRIAS OUTRAS REGULAÇÕES
172 QUE PRECISARAM DA AGÊNCIA COMO: QUESTÃO DE META, EXPANSÃO, PROJETO DE
173 SANEAMENTO, DE TRATAMENTO DE AFLUENTES. O DR. JÚLIO DISSE QUE NA QUESTÃO
174 DA TARIFA, A EMPRESA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL AJUDARÁ ALGUNS
175 MUNICÍPIOS QUE NÃO TEM, A DEFINIR A TARIFA. MAS, NÃO VAI FUNCIONAR COMO
176 AGÊNCIA REGULADORA. O ADVOGADO DO CIDES DR. JÚLIO DISSE QUE COM O ESTUDO
177 TEM COMO OBJETIVO VIABILIZAR A CONCESSÃO. PORQUE ASSIM, QUE TIVER COM A
178 TARIFA DEFINIDA, A AGÊNCIA COMEÇA A SER REMUNERADA. DESSE MODO, O
179 MUNICÍPIO NÃO VAI TIRAR DO PRÓPRIO BOLSO NA CONCESSÃO. O DR. JÚLIO DISSE QUE
180 É POR ISSO QUE, A CAIXA VAI DEFINIR A TARIFA PARA AQUELES MUNICÍPIOS QUE NÃO
181 TEM A TARIFA DEFINIDA. DISSE TAMBÉM QUE O OUTRO RESULTADO DO ESTUDO É A
182 LICITAÇÃO PARA A CONCESSÃO OU PPP DA GESTÃO INTEGRAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS
183 URBANOS DE FORMA REGIONALIZADA. O PRAZO ESTIMADO DO CONTRATO É DE 36
184 MESES DE EXECUÇÃO APÓS A ASSINATURA. O DR. JÚLIO ABRIU UM MOMENTO PARA
185 QUE OS PRESENTES PUDESSEM TIRAR DÚVIDAS. O SR. CLEIDIMAR COM RELAÇÃO AO
186 QUE FOI DITO PELA SRA. SILVIA PERGUNTOU SE A CAIXA VAI FAZER O ESTUDO DA
187 TARIFA, E A AGÊNCIA VAI REGULAMENTAR O ESTUDO. A SRA. SILVIA DISSE TER
188 CONVERSADO COM O PESSOAL DA ARISBI POR ACREDITAR QUE DIFICILMENTE ELES

189 VÃO OPERAR DESSA FORMA. E DISSE NÃO SABER SE A CAIXA VAI TRABALHAR EM
190 PARALELO COM A PREFEITURA. DISSE QUE A AGÊNCIA REGULADORA FAZ TODO O
191 ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICA, SOCIAL E ESTRUTURAL DO MUNICÍPIO PARA
192 DEFINIR A TARIFA A SER COBRADA. MAS MANIFESTOU UMA PREOCUPAÇÃO DE QUE A
193 AGÊNCIA NÃO ACEITE O ESTUDO DA CAIXA, CASO NÃO SEJA DE ACORDO COM O
194 ESTUDO DELES OU SE OS ESTUDOS VÃO ANDAR JUNTOS. O SR. CRISTIANO GERENTE
195 DA CAIXA DISSE QUE A AGÊNCIA REGULADORA VAI ACOMPANHAR A PARTE DE
196 REGULAÇÃO, A PARTE JURÍDICA, AMBIENTAL E TUDO MAIS. MAS, A AGÊNCIA NÃO VAI
197 INFLUENCIAR NA QUESTÃO ECONÔMICA/FINANCEIRA. SEGUNDO O SR. CRISTIANO
198 DISSE QUE A C.E.F VAI CONTRATAR ASSESSORIA PARA FAZER O ESTUDO SOBRE
199 QUESTÃO ECONÔMICA/FINANCEIRA. O SENHOR CRISTIANO AFIRMOU QUE SERÃO
200 QUATRO ASSESSORIAS, UMA PARTE JURÍDICA, UMA PARA A PARTE AMBIENTAL, UMA
201 PARA A ÁREA SOCIAL E UMA PARA A PARTE ECONÔMICA/FINANCEIRA. O SR.
202 CRISTIANO DISSE QUE A INTENÇÃO DESSA ASSESSORIA É QUE DEPOIS DO ESTUDO,
203 VIABILIZAR UM LEILÃO PELO MENOR VALOR POSSÍVEL PARA QUE TODOS OS
204 MUNICÍPIOS SEJAM ATENDIDOS. POR ISSO, SERÁ REALIZADO ESSE ESTUDO PARA
205 VIABILIZAR ESSE PROJETO, QUE VAI ACONTECER NA BOLSA DE SÃO PAULO, PARA QUE
206 TENHA UMA CONCORRÊNCIA A NÍVEL NACIONAL. O SR. CRISTIANO DISSE QUE A
207 CAIXA É A GRANDE PARCEIRA DO GOVERNO FEDERAL E TRABALHA COM VÁRIOS
208 MUNICÍPIOS. E DISSE AINDA QUE A INTENÇÃO É SEMPRE VIABILIZAR OS PROJETOS DAS
209 PREFEITURAS E ANDAR EM PARCERIA COM TODAS. O SR. VILSON PERGUNTOU QUAL A
210 EMPRESA/CONSULTORIA QUE SERÁ CONTRATADA. O SR. CRISTIANO DISSE NÃO TER
211 UMA EMPRESA DEFINIDA. MAS QUE, A CAIXA TEM QUATRO EMPRESAS DE
212 CONSULTORIA QUE TRABALHAM PARA ELES. EXPLICOU QUE CONFORME SELEÇÃO
213 INTERNA É FEITO UM RODIZIO. O SR. XEXÉU PREFEITO DE PRATA LEVANTOU UMA
214 DÚVIDA DE QUE SE A CAIXA NÃO TEM UMA EMPRESA DEFINIDA COMO CHEGARAM AO
215 VALOR MONTANTE DO PROJETO. O SR. CRISTIANO DISSE QUE O PRÓPRIO FUNDO
216 DEFINIU A CONTRAPARTIDA DE 10% COMO UMA REGRA NACIONAL PARA TODOS. MAS
217 A CONTRAPARTIDA SERVE MAIS COMO UM SEGURO. SE O EDITAL TODO
218 TRANSCORRER COM A CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESSA CONTRAPARTIDA
219 VOLTA PARA O MUNICÍPIO. O SR. CRISTIANO DISSE QUE O MONTANTE DE CERCA DE
220 R\$8.000.000,00 (OITO MILHÕES DE REAIS) É RESULTADO DOS ESTUDOS E PILOTOS
221 ANTERIORES. O SR. XEXÉU PERGUNTOU SOBRE A POSSIBILIDADE DOS R\$8.000.000,00
222 (OITO MILHÕES DE REAIS) VOLTAREM PARA OS MUNICÍPIOS. A SRA. CRISTINA DISSE
223 QUE NA VERDADE NÃO SERÃO DEVOLVIDOS OS R\$8.000.000,00 (OITO MILHÕES DE
224 REAIS) E SIM OS 10% QUE A PREFEITURA DARÁ COMO CONTRAPARTIDA. A SRA. SILVIA
225 PERGUNTOU SE O RETORNO DO DINHEIRO ESTÁ VINCULADO A ADESÃO. A SRA.
226 CRISTINA EXPLICOU QUE A CONTRAPARTIDA JÁ É UMA PRAXE PEGAR PARA
227 ASSEGURAR QUE AMBAS AS PARTES VÃO CUMPRIR COM OS ACORDOS. DISSE TAMBÉM
228 QUE AO CHEGAR AO FINAL E DER TUDO CERTO COM A CONCESSÃO, A EMPRESA
229 GANHADORA VAI DEVOLVER O VALOR DA CONTRAPARTIDA. ENTÃO PERGUNTOU SE
230 NO CASO A DÚVIDA SERIA, SOBRE OS QUE FOREM DESISTINDO NO ANDAR DO PROJETO,
231 E QUE NESTE CASO, A CONTRAPARTIDA NÃO RETORNA. O SR. CRISTIANO DISSE QUE
232 FUNCIONARÁ DESSA FORMA. O SR. CRISTIANO DISSE QUE A IDEIA É JUNTAR E MANTER
233 A UNIÃO. PORQUE O ESTUDO QUE SERÁ FEITO EM 2 ANOS E AO CHEGAR AO FINAL DO
234 ESTUDO 2 MUNICÍPIOS SAÍREM, TODO O OBJETO ESTUDADO E LEVANTAMENTOS SERÁ
235 MUDADO. A SRA. CRISTINA DISSE QUE A CAIXA VAI FAZER UMA CONCESSÃO PARA OS

236 POSSÍVEIS 17 MUNICÍPIOS OU MAIS ATÉ. SE HOUVER OUTROS MUNICÍPIOS COM O
237 INTERESSE DE ENTRAR NESTE PROJETO. DESDE QUE SE MANTENHAM DENTRO DO
238 CONTEXTO DE TODOS OS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO QUE A CAIXA ESTIPULOU. E
239 TROUXE POR EXEMPLO O NÚMERO DE POPULAÇÃO. A SRA. CRISTINA DISSE QUE O
240 CIDES VAI CONTINUAR OS DEMAIS PROJETOS AMBIENTIAS COMO POR EXEMPLO A
241 USINA DE RCC - RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, QUE FOI UM GRANDE PRESENTE
242 DA NOSSA VEREADORA ALICE DRUMONT DE ITUIUTABA. REAFIRMOU A IMPORTÂNCIA
243 DA COLETA SELETIVA, E QUE O CIDES VAI CONTINUAR FAZENDO TODOS OS
244 TRABALHOS PARA ADEQUAÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL. E ESSE PROJETO PARA
245 A DESTINAÇÃO CORRETA DE REJEITOS NÃO PODERÁ FICAR DE FORA PARA OS
246 MUNICÍPIOS NÃO FICAREM NA MÃO DE UMA EMPRESA PRIVADA COM A QUAL TERÁ
247 MENOS FORÇA PARA CONCORRER E NEGOCIAR INDIVIDUALMENTE. A SRA. CRISTINA
248 DISSE QUE JÁ ESTÁ SENDO EXECUTADO ESSE PROJETO NO CONVALE ABRANGENDO OS
249 8 MUNICÍPIOS EM TORNO DE UBERABA. O CISPAR NA REGIÃO DE PATOS DE MINAS
250 TAMBÉM ESTÁ DESENVOLVENDO O PROJETO COM OUTRO BANCO FINANCIADOR.
251 ENTÃO REAFIRMOU A IMPORTÂNCIA DA UNIÃO DE TODOS NESSE MOMENTO, PARA
252 QUE O CONSÓRCIO E SEUS MUNICÍPIOS POSSAM CRESCER E EVOLUIR NA REGIÃO
253 COMO UM TODO. DISSE TAMBÉM QUE ESSE É O ÚLTIMO CONSÓRCIO ESCOLHIDO PELA
254 CAIXA QUE VAI RECEBER ESSE ACOMPANHAMENTO DE TRABALHO ESTIMADO EM
255 CERCA DE R\$8.000.000,00 (OITO MILHÕES DE REAIS). SE TODOS VIEREM A DESISTIR
256 TERÁ SIDO A ÚLTIMA CHANCE. POIS NÃO TERÁ OUTRA OPORTUNIDADE. A SRA.
257 CRISTINA FRISOU QUE ESSA REUNIÃO É MUITO IMPORTANTE. E QUE NÃO CONSIDERA
258 OS R\$ 42.310,00 (QUARENTA E DOIS MIL, TREZENTOS E DEZ REAIS) UMA CIFRA TÃO
259 PESADA PARA OS MUNICÍPIOS MESMO ENTRE OS MENORES. LEVANDO EM
260 CONSIDERAÇÃO QUE ALGUÉM VÁ FAZER UMA MODELAGEM DE PPP OU DE
261 CONCESSÃO QUE NÃO É UMA MODELAGEM FÁCIL. SEGUNDO A SRA. CRISTINA SE
262 FOSSE DESENVOLVER ESSE MESMO PROJETO POR CONTA DOS MUNICÍPIOS PRESENTES,
263 TALVEZ NÃO CONSEGUIRIA RATEAR DA MESMA FORMA O VALOR, E TORNARIA
264 PESADO DE VERDADE PARA AS PREFEITURAS. A SECRETÁRIA EXECUTIVA TAMBÉM
265 INFORMOU QUE OS MUNICÍPIOS TAMBÉM VÃO CONTRIBUIR PASSANDO AS
266 INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AOS CONSULTORES PARA O DESENVOLVIMENTO DOS
267 ESTUDOS. MAS QUE É PRECISO PESSOAS PARA LIGAR TODOS OS ELLOS E FAZER TODA
268 A MODELAGEM. E ESSE PROJETO É MELHOR AINDA, POR TERMOS A CAIXA ECONÔMICA
269 DESENVOLVENDO TODO ESSE ESTUDO E COMO UMA INSTITUIÇÃO COM A
270 CREDIBILIDADE DA C.E.F. SERÁ MELHOR AINDA NA HORA DO LEILÃO. O SR. JÚLIO
271 PARA COMPLEMENTAR O QUE FOI PERGUNTADO PELA SRA. SILVIA SOBRE O CUSTO DO
272 MUNICÍPIO AO FINAL DO ESTUDO, DISSE QUE NO CASO DESSE ESTUDO, A CONCESSÃO
273 SERÁ ADMINISTRATIVA. E EXPLICOU QUE EXISTEM DOIS TIPOS DE CONCESSÃO.
274 SENDO A PRIMEIRA A **PATROCINADA** QUE QUEM CUSTEIA É O PRÓPRIO MUNICÍPIO, E
275 A OUTRA FORMA É A **ADMINISTRATIVA** QUE TEM UMA TARIFA COM UM PREÇO
276 PÚBLICO, QUE A POPULAÇÃO COMO UM TODO PAGA. O DR. JÚLIO DISSE QUE QUANDO
277 O CONSÓRCIO FEZ O PROJETO EM 2020, AINDA NÃO TÍNHAMOS O MARCO LEGAL DE
278 SANEAMENTO. ENTÃO SEGUNDO ELE, ACABAVA QUE TINHAM ALGUNS QUE FALAVAM
279 QUE SERIA UMA MEDIDA MUITO RUIM PARA A PREFEITURA TER QUE INSTITUIR UMA
280 TARIFA OU UMA TAXA PARA O CIDADÃO. MAS COM O MARCO LEGAL SE TORNOU
281 OBRIGATÓRIO. E SE O PREFEITO NÃO INSTITUIR A TARIFA PODE INCORRER EM
282 RENÚNCIA DE RECEITA. A SRA. SILVIA PERGUNTOU SE O SR. JÚLIO ACREDITA QUE COM

283 A TARIFA INSTITUÍDA, SERÁ POSSÍVEL COBRIR 100% DOS CUSTOS DE COLETA E
284 SANEAMENTO. O SR. JÚLIO DISSE QUE ESSA É A PARTE DO ESTUDO QUE A
285 CONSULTORIA DE VIABILIDADE FINANCEIRA VAI DEFINIR. E POR MEIO DO SLIDE
286 MOSTROU OS RESULTADOS A CAIXA VAI APRESENTAR NOS RESULTADOS PARCIAIS E
287 FINAIS DO ESTUDO. E SEGUNDO O SR. JÚLIO UM DESSES ESTUDOS PARCIAIS PODE SER
288 O ESTUDO DE POPULAÇÃO. DISSE QUE MUITOS DOS MUNICÍPIOS JÁ TEM A ESTRUTURA
289 MONTADA COM ATERRO, USINA DE TRIAGEM E ÁREA LICENCIADA QUE PODE
290 FUNCIONAR COMO TRANSBORDO. ENTÃO EM SUA VISÃO, O CUSTO PODE SER MENOR
291 E A TARIFA PODE MUITO BEM CUSTEAR ISSO. O DR. MAURO PERGUNTOU SE ESSE
292 ESTUDO E FUTURAMENTE A CONCESSÃO VAI CONSEGUIR ABRIGAR DE PONTA A
293 PONTA O SERVIÇO DA COLETA DESDE O DOMICILIO ATÉ A DESTINAÇÃO FINAL.
294 PORQUE SEGUNDO ELE TEM MUNICÍPIOS QUE JÁ TEM ESSA ESTRUTURA E EXECUTA O
295 SERVIÇO DE FORMA DIRETA. DESSA FORMA, SUA PERGUNTA É SE SERÁ UTILIZADO A
296 ESSA ESTRUTURA DO MUNICÍPIO. O SR. CRISTIANO DISSE QUE, A IDEIA É UNIFICAR O
297 SERVIÇO POR ISSO, PODERÁ SER UTILIZADO ESTRUTURAS JÁ EXISTENTE NO
298 MUNICÍPIO. E DISSE QUE O ESTUDO VAI SER SEMPRE PASSADO PARA OS MUNICÍPIOS À
299 MEDIDA QUE FOR EVOLUINDO. SEGUNDO O REPRESENTANTE DA C.E.F CADA PRODUTO
300 E SERVIÇO AGREGADO TERÁ UM CUSTO E CABE AOS REPRESENTANTES AVALIAR O
301 QUE VÃO QUERER MEDIANTE CADA CENÁRIO QUE FOR SENDO APRESENTADO, E O
302 TRABALHO SERÁ FEITO DE FORMA PARTICIPATIVA. O SR. XEXÉU PERGUNTOU SOBRE
303 O PRAZO APRESENTADO DE 3 ANOS. DISSE QUE A CIDADE DE PRATA E CAMPINA VERDE
304 JÁ ESTÁ ENFRENTANDO PROBLEMAS NA ÁREA, E TROUXE A PREOCUPAÇÃO COM O
305 TEMPO DE ESPERA PARA CONCLUSÃO DO ESTUDO/CONCESSÃO. AO QUE O SR.
306 CRISTIANO DISSE QUE A CAIXA TRABALHA COM CERCA DE 30 CONSÓRCIOS E QUE OS
307 3 ANOS INFORMADO É O TEMPO MÉDIO NAS EXPERIÊNCIAS ANTERIORES. MAS, DISSE
308 QUE EXISTE A POSSIBILIDADE DE SER FEITO EM MENOS TEMPO. TUDO DEPENDE DO
309 CONSENSO DE TODOS E DA PARTICIPAÇÃO DOS PREFEITOS NAS REUNIÕES PARA
310 TOMADA DE DECISÕES. A SRA. CRISTINA DISSE SER SUA INTENÇÃO FAZER TODO O
311 PROCESSO DENTRO DOS PRÓXIMOS 2 ANOS PARA QUE POSSA AJUDAR OS PREFEITOS E
312 SUAS CIDADES. DISSE TAMBÉM SABER QUE O PROJETO TEM UM PODER POLÍTICO
313 GRANDE EM CADA MUNICÍPIO E POR ISSO, NÃO DESEJA QUE PASSE DOS 2 ANOS PARA
314 QUE POSSA SER UTILIZADO PELOS ATUAIS PREFEITOS AINDA EM SEUS MANDATOS.
315 POR ISSO FRISOU A NECESSIDADE DE OS PREFEITOS SE UNIREM PARA QUE POSSAMOS
316 AGILIZAR OS ESTUDOS. O PREFEITO DE PRATA DISSE QUE O PROBLEMA ENFRENTADO
317 POR SEU MUNICÍPIO É QUE ATUALMENTE ESTÁ PAGANDO PARA A EMPRESA SALTO UM
318 VALOR MUITO ALTO. E TERÁ QUE GASTAR POR ANO CERCA DE R\$1.400.000,00 (UM
319 MILHÃO E QUATROCENTOS MIL REAIS) E QUE EM 3 ANOS TERÁ PAGO CERCA DE R\$
320 4.200.000,00 (QUATRO MILHÕES E DUZENTOS REAIS). POR ISSO, DISSE QUE TERÁ QUE
321 ESTUDAR MUITO PARA SABER SE COMPENSARÁ PARA SEU MUNICÍPIO ESPERAR ATÉ A
322 FINALIZAÇÃO DO ESTUDO. A SRA. CRISTINA DISSE QUE A INTENÇÃO É QUE O ESTUDO
323 AVANCE PARA SER FEITO EM UM TEMPO MENOR QUE O DE MÉDIA DOS ESTUDOS
324 ANTERIORES FEITOS PELA CAIXA. AO QUE O PREFEITO DE PRATA DISSE QUE O
325 PROBLEMA É QUE SUA CIDADE TERÁ DE DEPENDER DA AGILIDADE DOS OUTROS
326 MUNICÍPIOS, PARA SABER O QUE VAI FAZER. ATÉ MESMO SE VAI DEMORAR 1 ANO, 2
327 ANOS OU 3 ANOS. A SRA. CRISTINA DISSE QUE UMA COISA MUITO IMPORTANTE QUE
328 TODOS OS MUNICÍPIOS ESTÃO ENFRENTANDO É QUE ESTÃO COM PROBLEMAS COM O
329 MINISTÉRIO PÚBLICO PELAS MESMAS QUESTÕES. SENDO ASSIM, A SRA. CRISTINA

330 SUGERIU QUE SE TODOS DECIDIREM POR SE MANTER NO PROJETO, O CIDES PODERÁ
331 FAZER UMA TRATATIVA COM O MPMG E APRESENTAR O TRABALHO E DEMONSTRAR
332 QUE TODOS ESTÃO UNIDOS PARA SOLUCIONAR O PROBLEMA. DISSE QUE, ESTÁ
333 APRESENTANDO APENAS UMA SUGESTÃO. NÃO SERIA UMA DETERMINAÇÃO. MAS
334 SERIA UMA OPÇÃO, PARA QUE EM CONVERSA COM OS PREFEITOS ESPEREM A
335 FINALIZAÇÃO DO PROJETO. DESSA FORMA, CONSEGUIRÍAMOS AMENIZAR A PRESSÃO
336 SOBRE AS PREFEITURAS ATÉ A CONCLUSÃO. O SR. XEXÉU DISSE QUE ESSE NÃO É O
337 MAIOR PROBLEMA DE PRATA. SENDO O PROBLEMA FINANCEIRO MAIS O IMPORTANTE
338 A SRA. CRISTINA DISSE SABER QUE ALÉM DO FINANCEIRO AINDA TEM MUITOS
339 MUNICÍPIOS QUE ESTÃO SOB PRESSÃO PELO AO MP PARA RESOLVEREM O PROBLEMA
340 COM OS LIXÕES E A DESTINAÇÃO CORRETA DE REJEITOS. A SRA. SILVIA SUGERIU UM
341 INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES ENTRE A CAIXA E A UFU QUE TEM VÁRIOS DADOS
342 COLETADOS EM SEUS PROJETOS DE PLANOS MUNICIPAIS. A MEDIDA PODERIA
343 ACELERAR O PROCESSO DO ESTUDO E EVITAR RETRABALHOS. A SRA. CRISTINA
344 INFORMOU JÁ TEM A INTENSÃO DE AVANÇAR COM A PARCERIA DA EQUIPE DA UFU E
345 A DA CAIXA E QUE A EQUIPE DA UFU SÓ NÃO PÔDE ESTAR PRESENTE NA REUNIÃO,
346 PORQUE TEVE UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA EM TUPACIGUARA NO MESMO HORÁRIO. O
347 SR. VILSON BERNADELI (CAPINÓPOLIS) PERGUNTOU SE DEPOIS DE O ESTUDO ESTIVER
348 PRONTO, QUEM FARÁ A REVISÃO DO ESTUDO COM O PASSAR DO TEMPO. PERGUNTOU
349 SE SERÁ A PRÓPRIA EMPRESA OU ALGUMA AGÊNCIA REGULADORA QUE VAI SER
350 CONTRATADA QUE VAI REVISAR O ESTUDO. E DESTACOU QUE ESTÁ COMEÇANDO A
351 OPTAR POR UMA AGÊNCIA REGULADORA. O SR. VILSON DISSE QUE A AGÊNCIA
352 PODERÁ FAZER O ESTUDO E APÓS UM ANO PODERÁ FAZER A REVISÃO PARA O
353 MUNICÍPIO CONFORME O QUE FOR IMPLEMENTADO. O SR. CRISTIANO DISSE QUE O
354 EDITAL TEM VALIDADE DE 25 A 30 ANOS PARA A EMPRESA CONTRATADA. E O PRÓPRIO
355 ESTUDO TRARÁ FORMAS E ÍNDICES PARA MEDIR A EFICÁCIA. O SR. WILSON DISSE QUE
356 UMA DAS AÇÕES DA AGÊNCIA REGULADORA É A FISCALIZAÇÃO E QUE NO CASO DA
357 PREFEITURA NÃO CUMPRIR AS METAS, PODERÁ APLICAR MULTA NO MUNICÍPIO.
358 PERGUNTOU ENTÃO SE A EMPRESA CONTRATADA TERÁ ESSE PODER DE MULTAR O
359 MUNICÍPIO. O SR. CRISTIANO EXPLICOU QUE O MUNICÍPIO NÃO SERIA MULTADO. AS
360 MULTAS SERIAM APLICADAS A EMPRESA CONTRATADA. POIS AS
361 RESPONSABILIDADES POR METAS PASSAM A SER DELA DEVIDO A CONCESSÃO. O SR.
362 CLEIDIMAR DISSE SER O ESTUDO QUE ESTÁ SENDO FEITO, MAS FALOU SOBRE EXISTIR
363 A CORRESPONSABILIDADE DA EMPRESA E DO MUNICÍPIO QUE CONTRATOU. DISSE
364 TAMBÉM QUE PRIMEIRO A EMPRESA SERÁ ACIONADA E COBRADA. NO CASO DE NÃO
365 PAGAMENTO DA MULTA POR PARTE DA CONTRATADA, O PAGAMENTO POR PARTE DA
366 PREFEITURA É SOLIDÁRIO. E COMPAROU A CONCESSÃO COM A FEITA COM A COPASA
367 E CEMIG, DISSE QUE SERÁ FEITO DO MESMO MODELO. O SR. CLEIDIMAR SUGERIU
368 PRIMEIRO FAZER O ESTUDO E DEPOIS SOLUCIONAR OS PROBLEMAS. A SRA. DANIELLE
369 SOUTO SUPERVISORA NA CAIXA ECONÔMICA NO USO DA PALAVRA DISSE QUE
370 DURANTE OS ESTUDOS, OS PARÂMETROS DO CONTRATO E LEGISLAÇÃO SERÃO
371 RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA CUMPRIR. E DENTRO DO CONTRATO
372 JÁ TERÁ AS MULTAS E PENALIDADES PARA O NÃO CUMPRIMENTO DAS METAS. DISSE
373 QUE DENTRO DO CONTRATO TAMBÉM TEM COISAS QUE SÃO SOLIDÁRIAS E
374 COMPARTILHADAS. MAS COM TODO ARCABOUÇO JURÍDICO QUE FAZEM PARTE DA
375 LEGISLAÇÃO. DISSE QUE COM O PASSAR DOS ANOS SERÃO FEITOS ESTUDOS
376 ACOMPANHANDO OS TRABALHOS, COM O OBJETIVO DE ACERTAR ALGO QUE TIVER

377 QUE SER ADEQUADO. A SRA. SILVIA TROUXE A REALIDADE DE PRATA COM UM
378 ATERRO QUE ESTÁ SENDO UTILIZADO PARA TRANSBORDO POR CAUSA DE UMA
379 PECULIARIDADE. MAS QUE PRECISAM ADQUIRIR UMA ÁREA PARA CONSTRUÇÃO DE
380 UM NOVO ATERRO SANITÁRIO, POIS O QUE TEM HOJE NÃO PODERÁ SER MAIS USADO.
381 DISSE QUE MUITOS MUNICÍPIOS ESTÃO PASSANDO PELA MESMA SITUAÇÃO. MAS
382 DESTACOU SER UM INVESTIMENTO DE MAIS DE R\$4.000.000,00 (QUATRO MILHÕES DE
383 REAIS). POR ISSO PERGUNTOU SE A CONCESSÃO ABRANGE A CONSTRUÇÃO DESSE
384 NOVO ATERRO. E COMO FICARIA A AQUISIÇÃO DE UMA NOVA ÁREA, OU SE A EMPRESA
385 CONTRATADA ATUARIA APENAS COMO UMA GESTÃO DE RESÍDUOS E COLETA. O SR.
386 CRISTIANO DISSE QUE TODO O SERVIÇO ENVOLVIDO E O CASO DE PRECISAR DE NOVAS
387 ÁREAS DE ATERRO ESTÁ CONTEMPLADO DENTRO DA CONCESSÃO. O SR. XEXÉU
388 TROUXE UMA DÚVIDA SOBRE O ESTUDO QUE FARÁ TODO O LEVANTAMENTO DE
389 QUANTO A CIDADE GASTA PARA FAZER A MANUTENÇÃO. APÓS A CONCLUSÃO DO
390 ESTUDO SERIA OBRIGATÓRIO REPASSAR TODO O VALOR DA TAXA PARA A
391 POPULAÇÃO OU A PREFEITURA PODE ARCAR COM PARTE DO VALOR. O SR. CLEIDIMAR
392 (PREFEITO DE CAPINÓPOLIS) DISSE QUE SE O PREFEITO NÃO COBRAR 100% DO VALOR
393 DEVIDO AO MUNICÍPIO, PODERÁ SER PENALIZADO POR RENÚNCIA DE RECEITA. O
394 PRESIDENTE DO CIDES DR. HELDER DISSE QUE PELO CUSTO DE R\$ 42.310,00 (QUARENTA
395 E DOIS MIL, TREZENTOS E DEZ REAIS) É MELHOR FAZER O ESTUDO E CORRER O RISCO
396 DE APÓS A CONCLUSÃO ARREPENDER DE TER PARTICIPADO, QUE NÃO FAZER PARTE E
397 ARREPENDER DE NÃO TER ENTRADO NO PROJETO. DESTACOU SER ESSA UMA
398 OPORTUNIDADE DE OURO, E QUE SABE QUE VÃO SURTIR VÁRIAS DÚVIDAS E
399 QUESTIONAMENTOS PELO CAMINHO. MAS, NÃO PARTICIPAR DESSE PROJETO AGORA,
400 PODE GERAR UM ARREPENDIMENTO FUTURO DE NÃO TER SEGUIDO COM OS ESTUDOS
401 QUANDO GERAREM FRUTOS. O SR. CLEIDIMAR PROPÔS ABRIR AUDIÊNCIA PÚBLICA
402 PARA MOSTRAR A POPULAÇÃO OS ESTUDOS E SUA IMPORTÂNCIA E TRAZER
403 CONFIANÇA DA POPULAÇÃO. O SR. XEXÉU RETORNOU À EXPRESSAR SUA
404 PREOCUPAÇÃO COM O PRAZO DO ESTUDO EM QUE SEU MUNICÍPIO, QUE TERÁ DE
405 AGUARDAR ENQUANTO GASTA CERCA DE R\$4.000.000,00 (QUATRO MILHÕES DE REAIS)
406 ATÉ O ESTUDO FICAR PRONTO. E SUA MAIOR PREOCUPAÇÃO É QUE PODE SER QUE
407 APÓS A CONCLUSÃO DO ESTUDO, TODO O GASTO COM O NOVO ATERRO PODE SER
408 CONSIDERADO INVÁLIDO. A SRA. CRISTINA DISSE ENTENDER A SITUAÇÃO DOS
409 MUNICÍPIOS, MAS QUE COM O PROJETO DE CONCESSÃO OU SEM ESSE PROJETO, AS
410 MEDIDAS PALIATIVAS JÁ TERÃO QUE SER FEITAS NESSE PROCESSO DE ADEQUAÇÃO
411 AMBIENTAL. DISSE AINDA, SER ESSE O MOTIVO DE NÃO TER ABERTO MÃO DOS
412 PLANOS MUNICIPAIS, QUE SE TIVESSE SIDO DEIXADO PARA DEPOIS, NÓS NÃO
413 TERÍAMOS EVOLUÍDO. SE NÃO COLOCARMOS A COLETA SELETIVA EM AÇÃO AGORA,
414 VAMOS FICAR COM MAIS PROBLEMAS. TEMOS A PROPOSTA DA UNIVERSIDADE DE
415 FAZERMOS OS PRADS QUE SERÁ PASSADO COM OS SECRETÁRIOS PARA PASSAREM
416 PARA OS PREFEITOS. LEMBROU QUE NA PARCERIA COM A UNIVERSIDADE OS VALORES
417 SÃO BEM MAIS BAIXOS. SUGERIU ENTÃO QUE OS PREFEITOS CONTINUEM FAZENDO OS
418 PEQUENOS PALIATIVOS E AGREGANDO VALOR AO TRABALHO, ATÉ QUE TENHAMOS O
419 RESULTADO FINAL DO ESTUDO PARA DECIDIR SE VAMOS SEGUIR POR ESSE CAMINHO.
420 O DR. JÚLIO VOLTOU A APRESENTAÇÃO DE SLIDE INFORMANDO SOBRE AS DATAS.
421 SENDO A DATA LIMITE PARA ASSINATURA DO CONTRATO NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE
422 2022. DESTACOU A IMPORTÂNCIA DA REUNIÃO PARA TRATAR DO ASSUNTO PARA DAR
423 O PONTO PÉ INICIAL. FALOU QUE A DATA DE DIA 28/01/2023 É A DATA LIMITE PARA

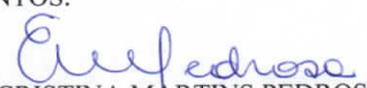
424 DEPÓSITO DA CONTRAPARTIDA. SENDO 45 DIAS APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO.
425 POR ISSO, OS MUNICÍPIOS DEVERÃO PREVER O VALOR NO ORÇAMENTO VIGENTE OU
426 NO EXERCÍCIO 2023 PARA O REPASSE DA CONTRAPARTIDA. DISSE TAMBÉM QUE O
427 PRAZO PARA PAGAMENTO PODE SER PRORROGADO. MAS, APENAS POR MAIS 45 DIAS,
428 O QUE NÃO MUDA MUITO A DATA DE PRAZO. O DR. JÚLIO DESTACOU QUE SEM A
429 CONTRAPARTIDA O CONTRATO É EXTINTO. SEM A CONTRAPARTIDA NA DATA SE
430 PERDE O CONTRATO INTEIRO. SENDO O VALOR DA CONTRAPARTIDA CERCA R\$
431 42.310,00 (QUARENTA E DOIS MIL, TREZENTOS E DEZ REAIS) PARA CADA MUNICÍPIO SE
432 OS VINTE MUNICÍPIOS CONSORCIADOS PARTICIPAREM DO PROJETO. A SRA. CRISTINA
433 PEDIU QUE OS PREFEITOS E SECRETÁRIOS PENSEM EM UMA DATA PARA QUE TODOS
434 POSSAM SE REUNIR ANTES DA DATA FINAL DE ASSINATURA COM O OBJETIVO É DE
435 DECIDIREM A RESPEITO DESSE PROJETO DE CONCESSÃO PARA A DESTINAÇÃO FINAL
436 DE REJEITOS. DISSE TAMBÉM QUE SOMOS O ÚLTIMO CONSÓRCIO QUE TEVE ESSA
437 OPORTUNIDADE E QUE NÃO TEREMOS OUTRA CHANCE DE PARTICIPAR DO EDITAL.
438 LEMBROU AOS PRESENTES QUE O CISPAR DA REGIÃO DE PATOS DE MINAS ESTÁ
439 DESENVOLVENDO ESSE PROJETO QUE O CONVALE DE UBERABA JÁ FEZ. ENTÃO SE
440 FICARMOS NO MEIO DOS DOIS CONSÓRCIOS ESTAREMOS EM UMA SITUAÇÃO DE
441 ATRASO, POR NÃO CONSEGUIR ACOMPANHAR O BLOCO REGIONAL. E QUE SE
442 FIZERMOS O PROJETO, FUTURAMENTE QUANDO AS EMPRESAS E INDUSTRIAS TIVEREM
443 O INTERESSE DE VIR PARA A REGIÃO, BUSCARÃO AS CIDADES QUE TEM UMA
444 ESTRUTURA COM GESTÃO DE RESÍDUOS POR SER MAIS ATRATIVA PARA OS
445 INVESTIDORES. A SRA. DANIELLE SUGERIU AOS PRESENTES QUE MANDEM E-MAILS
446 COM TODAS SUAS DÚVIDAS PARA O CIDES E ASSIM QUE RECEBER O CONSÓRCIO
447 PODERÁ ENVIAR PARA A CAIXA COM O OBJETIVO DE QUE SEJA EXPLICADO NA
448 PRÓXIMA REUNIÃO. O DR. HELDER PERGUNTOU AOS PRESENTES SE TODOS
449 CONCORDAM EM MANDAR AS INFORMAÇÕES E O ASSUNTO SEJA TRATADO EM NOVA
450 REUNIÃO ONLINE. TODOS OS PRESENTES CONCORDARAM, E A SRA. CRISTINA PROPÔS
451 PRÉ-AGENDAR JUNTAMENTE COM OS PREFEITOS PARA UMA NOVA REUNIÃO NO DIA
452 27/10/2022 AS 14 HORAS. APÓS CADA UM ANALISAR SUAS AGENDAS, CONCORDARAM
453 COM A DATA. O SR. JÚLIO RETORNOU À APRESENTAÇÃO DIZENDO QUE A PRIMEIRA
454 RESPONSABILIDADE DA EMPRESA GANHADORA SERÁ DEVOLVER A CONTRAPARTIDA
455 PAGA PELOS MUNICÍPIOS COM CORREÇÕES MONETÁRIAS. E EXPLICOU TAMBÉM QUE
456 A CONTRAPARTIDA É UMA EXCLUSÃO DE RISCO. SOBRE O CUSTEIO E MANUTENÇÃO
457 DO SERVIÇO EXPLICOU QUE SERÁ PELAS TARIFAS COBRADAS A POPULAÇÃO. O
458 ADVOGADO DO CIDES, DR. JÚLIO DISSE QUE O MUNICÍPIO TERÁ MUITAS
459 INFORMAÇÕES PARA REPASSAR, E PARA ISSO TEREMOS ALGUNS FORMULÁRIOS PARA
460 SEREM PREENCHIDOS. ESSES FORMULÁRIOS ENVOLVEM ATÉ DADOS COMO SE O
461 MUNICÍPIO TEM TAXA, QUAL O NÍVEL DE INADIMPLÊNCIA E COMO É COBRADA. ESSE
462 LEVANTAMENTO DESTES DADOS ENVOLVERÁ VÁRIAS SECRETARIAS PARA ACESSAR
463 ESSAS INFORMAÇÕES. ELE CITOU AS SECRETARIAS DE FINANÇAS, MEIO AMBIENTE E
464 ADMINISTRAÇÃO. DISSE QUE, O FORMULÁRIO SERÁ ENVIADO LOGO PARA
465 CONHECIMENTO. O PREFEITO CLEIDIMAR DISSE TER UMA BRIGA MUITO GRANDE COM
466 O MP QUE ENTRA ANO E SAI ANO E ESTÃO COM O MESMO PROBLEMA. E QUE TODOS
467 TERÃO UM MOMENTO PARA REFLETIR SOBRE ESSE PROJETO. DISSE QUE O VALOR DO
468 ESTUDO É CARO, MAS PODE SER REEMBOLSÁVEL. O SR. CLEIDIMAR DISSE QUE É
469 PRECISO QUE TODOS OS MUNICÍPIOS ANDEM EM UNIÃO. PORQUE SE CAMINHAREM DE
470 FORMA INDIVIDUAL MUITOS MUNICÍPIOS FICARAM PREJUDICADOS PORQUE TALVEZ

471 ALGUM TERÁ A CONDIÇÃO DE FAZER SEU PROJETO, MAS OUTRO MENOR NÃO TERÁ
472 CONDIÇÕES E PASSARÁ POR DIFICULDADES. DISSE QUE O ESTUDO TRARÁ AS CLARAS
473 MUITAS COISAS QUE ATUALMENTE PASSAM DESPERCEBIDAS PELOS MUNICÍPIOS.
474 COMO A NOVA REUNIÃO JÁ FICOU DEFINIDA. A SRA. CRISTINA UTILIZOU OS
475 INSTANTES FINAIS DA REUNIÃO PARA ENTREGAR A CHAVE DO CAMINHÃO DE
476 ITUIUTABA AO REPRESENTANTE QUE NÃO ESTAVA PRESENTE NO INÍCIO DA
477 ASSEMBLEIA. HOVE UM MOMENTO DE FOTOS PARA A MÍDIA E DIVULGAÇÃO. E
478 ANTES DE DEVOLVER A PALAVRA PARA O SR. HELDER A SRA. CRISTINA LEMBROU AOS
479 MUNICÍPIOS DE PEGAR SUAS IMPRESSORAS E TELEFONES NO SETOR ADMINISTRATIVO
480 PARA A SEDE DO PROCON REGIONAL NOS MUNICÍPIOS. O PRESIDENTE DR. HELDER
481 APÓS AGRADECER A PRESENÇA DE TODOS, FEZ O ENCERRAMENTO DA 38ª ASSEMBLEIA
482 GERAL ORDINÁRIA. ATA LAVRADA PELO ASSISTENTE TÉCNICO DA SECRETÁRIA
483 EXECUTIVA, DANIEL VICTOR DA COSTA SANTOS.

484

485 HELDER PAULO CARNEIRO
486 PRESIDENTE DO CIDES

487


ECIONE CRISTINA MARTINS PEDROSA
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CIDES